



**BNP PARIBAS
FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Relatório e Contas do Exercício 2007

Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos da Companhia submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2007.

Envolvente macroeconómica

Envolvente externa

Durante o ano 2007 a economia internacional foi condicionada por quatro acontecimentos determinantes: a diminuição do ritmo de crescimento da economia americana com a aproximação do fim do ciclo de expansão, o aumento do preço do petróleo para valores próximos dos 100 dólares por barril, a acentuada desvalorização do dólar americano face ao euro e o eclodir da crise das «sub prime».

O efeito conjugado destes acontecimentos fez com que na zona Euro ressurgissem tensões inflacionistas e sinais claros de falta de liquidez. Como forma de ultrapassar estas ameaças, assistiu-se ao aumento das taxas de juro e a uma intervenção concertada dos Bancos centrais, injectando fundos, a fim de evitar que esta crise de falta de liquidez viesse a afectar o crescimento da economia.

Envolvente interna

A necessidade de baixar o deficit público obrigou à manutenção de um grande esforço de contenção dos gastos públicos cujos efeitos se fizeram sentir nas despesas correntes mas, sobretudo, no investimento público. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, no seu Boletim de Inverno, o PIB deverá ter crescido 1.9%, o consumo privado 1.2%, o consumo

público 0%, a formação bruta de capital fixo 2.6% e as exportações, embora crescendo a um ritmo inferior ao de 2006, aumentaram 7%. A inflação terá ficado pelos 2.5%.

As políticas restritivas terão permitido reduzir o deficit do orçamento público para um valor inferior a 3% do PIB, passando, deste modo, a cumprir as exigências europeias nesta matéria, mas teve consequências negativas no crescimento da economia. Essas políticas restritivas, conjugadas com a deterioração da conjuntura internacional, não permitiram que a economia crescesse a um ritmo suficientemente forte para reduzir a taxa de desemprego nem para fazer convergir a economia Portuguesa com as economias da zona euro, das quais divergiu mais um ano.

O mercado

O mercado português do factoring é o segundo com maior peso no PIB do país, ficando logo a seguir ao Reino Unido, que ocupa a primeira posição neste «ranking».

O volume de negócios do sector tem crescido a taxas elevadas mas os números mais recentes apontam para a desaceleração desse crescimento. Segundo a Associação das empresas do sector (ALF) o volume de negócios total do sector no ano 2007 cresceu somente 3.9% uma vez que, não obstante o factoring internacional ter crescido 25.6% e o «confirming» ter igualmente crescido 26.1%, o factoring doméstico decresceu 1.7%.

O factoring doméstico continua a representar a maior fatia dos negócios, com 75.6%, o confirming representa 18.0% e o factoring internacional tem a modesta quota de 6.4%.

O crescimento do negócio foi afectado por uma desaceleração e mesmo quebra dos negócios em alguns sectores tradicionalmente importantes para o factoring, os quais sofreram fortemente os efeitos da política de consolidação orçamental e de normalização dos pagamentos do Sector Público.

Estão neste caso toda a administração pública e em especial o sector da saúde, cujo peso na carteira do sector tem vindo a diminuir significativamente.

A concorrência

O mercado continua a apresentar um elevado grau de concentração com as quatro maiores empresas a representarem 74,8% de quota de mercado.

O objectivo de manter ou ganhar quota de mercado tem levado os principais operadores a uma política de preços muito agressiva, sacrificando margens para além do razoável.

Este facto tem tido como consequência o empobrecimento do produto, a que vem sendo retirada parte da sua componente serviço, reduzindo-o, por vezes, a uma mera alternativa de financiamento.

A Companhia

No decurso do ano de 2007 foram implementadas algumas decisões de carácter estratégico que deverão ter implicações importantes no futuro:

- Numa clara aposta no desenvolvimento da empresa, os accionistas aumentaram os capitais próprios em 50.127 mil euros, reforçando a sua solidez e criando condições para uma nova fase de crescimento;
- Com o mesmo objectivo de crescimento, a empresa alterou o seu estatuto jurídico, passando a ser uma Instituição Financeira de Crédito (IFIC); e
- A fim de aumentar a notoriedade, assumiu o logótipo do Grupo.

Dotada destas novas condições de crescimento, a empresa está a desenvolver uma forte acção comercial para aumento dos negócios, de modo particular no factoring de exportação aproveitando sinergias com as outras empresas de factoring do Grupo BNP Paribas e com os seus parceiros da FCI – Factors Chain International.

O factoring internacional é, aliás, um dos eixos de desenvolvimento prioritários uma vez que nos sentimos particularmente bem colocados para o desenvolver: pertencemos a um Grupo Internacional forte e prestigiado, somos membros da FCI que nos permite tratar as exportações portuguesas para mais de 80 países e temos uma qualidade de serviço que foi recentemente reconhecida pelos membros da FCI ao distinguir-nos como uma das empresas do mundo com melhor serviço no factoring internacional.

No ano 2007 o volume de negócios da Companhia cresceu 13.3% o que permitiu aumentar a quota de mercado para 7.3%. E, apesar das condições adversas de mercado, conseguiu manter um nível de proveitos satisfatório e um grau de sinistralidade no crédito de bom nível.

Perspectivas para o ano 2008

De acordo com as estimativas oficiais espera-se que em 2008 a economia Portuguesa cresça à volta de 2% em resultado do crescimento de 1.5% da procura interna e de 4.9% das exportações.

A crise de liquidez, cujos efeitos não são ainda visíveis no mercado, poderá diminuir o crédito disponível para as empresas e aumentar o seu preço, o que, se acontecer, constituirá uma oportunidade que deveremos aproveitar para crescer.

A actual instabilidade do sistema financeiro Português cria algumas incertezas adicionais no que respeita ao posicionamento concorrencial de alguns dos principais operadores.

A eventual falta de liquidez poderá permitir uma retoma do crescimento no mercado do factoring, mas poderá também aumentar o nível de sinistralidade ou de morosidade nos pagamentos.

Com este quadro de incerteza e com a implementação das medidas de reorganização interna decididas, a Companhia terá um ano desafiador e necessitará de uma grande concentração e motivação de todos para realizar as ambiciosas metas que traçou para 2008.

Aplicação de resultados

Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição de resultados:

Para reserva legal.....	313.832,59 €
Para dividendos.....	2.691.393,29 €
Para prémios ao pessoal.....	133.100,00 €

Porto, 14 de Janeiro de 2008

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Serafim dos Anjos Aguiar Fernandes	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas Quadros anexos	2 0 0 7			2006
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações 1	Provisões, Imparidades e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1 - 2	Líquido
Activo					
10+3300		3.135,67		3.135,67	1.803,58
11+3301		644.790,57		644.790,57	1.766.980,52
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1)					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1)					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1)					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018 (1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531 (1)-5300-53028 (1)-3710	13	105.000.000,00		105.000.000,00	
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880	11	388.690.773,43	8.542.589,50	380.148.183,93	329.202.457,57
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303					
21					
25-3580-3713(1)	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55	1.590.729,02
26-3581(1)-360(1)					
27-3581(1)-360(1)	IV	1.012.596,19	853.187,73	159.408,46	187.818,46
29-3582-3583-361	IV	106.150,95	99.345,45	6.805,50	10.866,54
24-357-3713(1)					
300					
301	3 - J)	847.569,01		847.569,01	471.559,90
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1)-3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3)	16 e 18	901.170,83		901.170,83	548.220,23
TOTAL DO ACTIVO		498.931.777,20	9.995.122,68	488.936.654,52	333.780.435,82

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2007			2006
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	6, 7	367.929.035,49		367.929.035,49	272.747.410,34
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	2.796.120,59		2.796.120,59	2.259.693,29
490		458.598,62		458.598,62	326.349,80
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	34.197.147,06		34.197.147,06	28.035.290,51
Total do Passivo		413.368.880,73		413.368.880,73	311.356.722,91
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	6.500.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	
57					
58+59					
60-602+61	26	15.801.747,91		15.801.747,91	12.715.069,89
-56					
64	26	3.138.325,88		3.138.325,88	3.208.643,02
-63					
Total de Capital		75.567.773,79		75.567.773,79	22.423.712,91
Total do passivo + Capital		488.936.654,52		488.936.654,52	333.780.435,82

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

**BNP PARIBAS****FACTOR**

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Base individual - NCA)

Euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	Euros	
			2007	2006
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	15.658.586,75	12.017.581,24
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-10.060.036,74	-8.447.160,03
	Margem financeira		5.598.550,01	3.570.421,21
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81(1)-812	Rendimentos de serviços e comissões	7	4.260.095,21	4.431.056,79
68(1)-6820	Encargos com serviços e comissões	7	-388.882,13	-501.838,61
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)		238,39	-528,35
-691-697-699(1)-725-726(1)-831	Resultados de alienação de outros activos			
+837+839(1)+843+844(1)				
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)	Outros resultados de exploração	10	-102.519,23	93.552,45
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848				
	Produto bancário		9.367.482,25	7.592.663,49
70	Custos com o pessoal	8	-1.608.651,62	-1.500.415,98
71	Gastos Gerais administrativos	9	-870.044,58	-640.569,07
77	Depreciações e amortizações	IV	-78.113,68	-83.227,33
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-536.427,30	54.390,20
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	-2.120.412,87	-1.014.063,67
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823	recuperações			
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823				
-8828(1)				
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)				
	Resultados antes de impostos		4.153.832,20	4.408.777,64
	Impostos			
65	Correntes		-1.391.515,43	-1.244.289,80
74-86	Diferidos	3 - J)	376.009,11	44.155,18
	Resultados após impostos		3.138.325,88	3.208.643,02
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		3.138.325,88	3.208.643,02

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2007**

	2007	2006
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Resultado Líquido do Exercício	3.138.325,88	3.208.643,02
Amortizações e Depreciações	56.383,49	-230.983,83
Provisões e Imparidade	2.656.840,17	958.588,09
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	-53.334.644,01	39.921.422,16
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	271.684,29	400.570,19
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	95.181.625,15	-38.057.629,91
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	5.927.104,62	-2.794.238,15
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	53.897.319,59	3.406.371,57
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	20.081,59	275.957,49
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas	3.830,86	-8.839,05
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-23.912,45	267.118,44
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Aumentos de Capital	50.127.700,00	
Dividendos e Gratificações de Balanço	-121.965,00	-1.990.900,93
Diminuição de Resultados Transitados		-212.137,64
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	50.005.735,00	-2.203.038,57
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	103.879.142,14	1.470.451,44
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	1.768.784,10	298.332,66
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	105.647.926,24	1.768.784,10

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2007

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sociedade) foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, S.A., e tem por objecto social principal a aquisição de créditos a curto prazo, mediante a modalidade de factoring, resultantes das vendas directas realizadas pelos seus clientes (Aderentes), assim como a antecipação desses créditos e a prestação de outros serviços próprios desta actividade, nos termos do Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, e dos Avisos nºs 4/91, 1/93 e 10/94 do Ministério das Finanças.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, conseqüentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com os princípios, critérios e normas enunciados no Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, Instrução nº. 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro. A partir do exercício de 2006, de acordo com o Aviso 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Sociedade passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2007.12.31, segundo o Fixing do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,4721
GBP	0,73335

c) – Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regral geral corresponde a um período de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como custo de acordo com a sua vigência temporal.

d) – Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:



BNP PARIBAS

FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 - 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 - 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8

e) - Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os saldos devedores e são imputados aos custos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring, os juros são cobrados e registados como proveitos, regra geral semanalmente, sobre o montante adiantado.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa. crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A Sociedade passou a constituir provisão para créditos de cobrança duvidosa, a partir de 2003, por indicação do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é aplicável também à actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos.



BNP PARIBAS

FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontram vencidos. O montante a provisionar é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo

Provisão para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos pela Sociedade (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao Sector Público Administrativo.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) - Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2008.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso os valores adiantados aos Aderentes são registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores não financiados registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação tomada que não, contratualmente, é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso, com excepção para os casos de exportação sem recurso, em que, de acordo com as normas da Associação Internacional de Empresas de Factoring (FCI) em que a Sociedade se insere, quem assume o risco é a Congénere.

A partir do mês de Abril de 2007, a Sociedade efectuou um seguro de crédito com uma Companhia de Seguros, de uma parte da carteira, dividindo desta forma o risco das operações sem recurso.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº. 28. O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2007 e o movimento ocorrido no exercício findo naquela data é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2006	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro de 2007
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	471.560	376.009	-	847.569

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, sendo apresentada na rubrica de “Activos não Correntes Detidos para Venda”

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade não tem carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.

Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2007	31/12/2006
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem	5.289	1.010
Juros de Aplicações	410.177	
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	14.693.575	11.466.377
Sem Recurso	549.546	550.194
	15.658.587	12.017.581
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	51.132	42.483
Mercado Monetário Interbancário	9.617.486	8.152.602
Empréstimos Subordinados	369.629	234.621
Outros Empréstimos	21.790	17.454
	10.060.037	8.447.160
Margem Financeira	5.598.550	3.570.421

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2007	31/12/2006
Comissões Recebidas		
Crédito Interno		
Com Recurso	1.603.040	1.685.351
Sem Recurso	2.504.185	2.573.069
Crédito Externo		
Com Recurso	13.869	20.234
Sem Recurso	139.001	152.403
	4.260.095	4.431.057
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	388.882	501.839

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2007	31/12/2006
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	436.731	421.486
Remunerações dos Empregados	830.828	754.854
Encargos Sociais Obrigatórios	290.748	268.805
Outros Custos com o Pessoal	50.345	55.271
	1.608.652	1.500.416

Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2007	31/12/2006
Água, Energia e Combustíveis	28.792	26.920
Material de Consumo Corrente	23.326	10.798
Rendas e Alugueres	19.836	19.285
Comunicações	106.595	100.111
Deslocações e Estadas	35.508	25.120
Publicidade e Publicações	74.947	14.156
Conservação e Reparação	43.437	36.691
Seguros	166.529	16.320
Serviços Especializados	194.277	210.774
Serviços Externos (ACE)	147.559	152.270
Outros Gastos Diversos	29.228	28.124
	870.045	640.569

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2007	31/12/2006
Outros Ganhos de Exploração		
Ganhos Realiz. em Activos não Corr. Det. p/ Venda	48.162	
Despesas		
Ganhos em Operações Descontinuados	1.420	2.681
Reembolso de Despesas	11.887	3.602
Recuperação de Crédito	61.171	144.596
Excesso de Estimativa de IRC	35.338	
Outros Proveitos de Exploração	1.451	
	159.429	150.879
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo	201.111	1.875
Imposto sobre Transportes Rodoviários	197	174
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	257	2.748
Rendas de Locação Operacional	40.147	35.459
Quotizações e Donativos	10.000	10.000
Outros Custos de Exploração	10.237	7.070
	261.949	57.326

Nota 11 - Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2007, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	121.031.750	194.185.915	315.217.665
Crédito de Cobrança Duvidosa			
> 3 meses			10.968.722
Entre 3 e 6 meses			3.848.198
Entre 6 e 9 meses			-
Entre 9 e 12 meses			12.258
Entre 12 e 15 meses			-
Entre 15 a 18 meses			8.592
			<u>14.837.770</u>
Provisão para crédito de cobrança duvidosa			(599.605)
Crédito e juros vencidos			
Crédito concedido sobre Administração Central e Local			20.387.736
Crédito concedido sobre outras entidades:			
> 3 meses			28.261.522
Entre 3 e 6 meses			2.067.682
Entre 6 e 9 meses			1.176.045
Entre 9 e 12 meses			747.710
> 12 meses			5.994.644
			<u>58.635.339</u>
Provisão para crédito e juros vencidos			(7.942.985)
			<u>380.148.184</u>

De acordo com o artigo 15º n.º. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades do Sector Público Administrativo Português e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que ainda não se encontravam vencidos e que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 58.361.760, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser debitados ao Aderente (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2007, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	32.605.029
De 90 a 180 dias	3.862.869
De 180 a 270 dias	4.414.157
De 270 dias a 1 ano	10.930.504
Mais de 1 ano	1.199.244
Contencioso	5.623.536
	<u>58.635.339</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 81% do total dos créditos em carteira nesta data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	223.578.534
Com recurso	132.894.670

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2007 a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de euros 2.796.121 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos.

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	82.636.023
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	285.000.000
Desconto de letras	293.012
	<u>285.293.012</u>
	<u>367.929.035</u>

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos “Recursos de Outras Instituições de Crédito” desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	285.293.012
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

. Aplicações em outras instituições de crédito	105.000.000
. Recursos de outras instituições de crédito	367.929.035
. Outros passivos	67.606
. Passivos subordinados	7.987.979

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Comissões Recebidas	1.410
. Juros e encargos similares	10.060.037
. Outras comissões pagas	119.532
. Outros encargos e gastos operacionais	40.147

Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	82.636.023
- Até 3 meses	285.293.012
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um “spread” de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o primeiro semestre do exercício de 2007 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	119.853	484.444	4.692		599.605
Crédito vencido	6.302.324	2.208.002	567.341	-	7.942.985
Riscos gerais de crédito	2.259.693	536.428		-	2.796.121
	8.681.870	3.228.874	572.033	-	11.338.711

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Em 31 de Dezembro de 2007, a Imparidade Acumulada existente, referente a “Activos não Financeiros Detidos para Venda” refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	411.077
- Despesas com Encargo Diferido	101.357
- Outras contas de regularização – Activo	<u>296.392</u>
	<u>808.826</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	67.606
Por Gastos com o Pessoal	202.140
De Outros Encargos a Pagar	51.046
- Receitas com Rendimento Diferido	585.145
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	8.332.027
Diversas Operações a Regularizar	<u>28.100</u>
	<u>9.266.064</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de “Outras Contas de Regularização - Activo”, inclui um montante de de euros 128.000 de imposto de selo estimado, a debitar aos clientes pelos adiantamentos durante o mês de Dezembro, um montante de aproximadamente euros 49.381, a receber do BNP Paribas – França e 108.931 euros referentes a diversas despesas relativas ao loteamento do terreno da “Turreal”.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Valores Cobrados” refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. Este montante foi regularizado, durante os primeiros dias de Janeiro de 2008, por contrapartida da rubrica “Créditos a Clientes”.

Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da sociedade estava representado por 1.300.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Em Abril de 2007, a Sociedade procedeu ao aumento do seu capital em 6.650.000 euros através da emissão de 1.330.000 de novas acções ao portador registadas, com o valor de 5 euros cada e um prémio de emissão de 32, 69 euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital subscrito era detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica “Activos não Correntes detidos para Venda” do activo e “Outros Passivos”:

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
- Devedores e Outras Aplicações	92.345
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	18.772
- Credores por Contratos de Factoring	24.640.844
- Sector Público Administrativo	<u>271.466</u>
	<u>24.931.082</u>

O montante registado em “Activos não Correntes detidos para Venda” corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Setembro de 2005, por uma empresa independente em euros 2.200.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	5
- Enquadramento	5
- Outras funções	<u>20</u>
Total	30

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização em 2007, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	408.038
- Fiscal Único	28.693

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, são os seguintes:

- Activo	3.590.510
- Passivo	3.590.163

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenha sido gerada em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2006 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2007 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
11.307	369.629	14.430	366.506

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal e correspondente Derrama.

Nos termos do Artigo 81º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data)e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2004 a 2007 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados			Total	Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres e Imp. Diferidos	Resultados Transitados		
Saldos em 31/12/2006	6.500.000	3.402.152	9.312.918	-	12.715.070	3.208.643
Aplicação do resultado de 2006	-	320.864	2.765.814	-	3.086.678	(3.086.678)
Gratificações ao pessoal	-	-	-	-	-	(121.965)
Reservas por I.Diferidos	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital	6.650.000	-	-	-	-	
Prémio de Emissão	-	-	43.477.700	-	43.477.700	
Lucro líquido em 31/12/07	-	-	-	-	-	<u>3.138.326</u>
Saldos em 31/12/2007	13.150.000	3.723.016	55.556.432	-	59.279.448	3.138.326

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2007 o detalhe da rubrica “Sector Público Administrativo” é como segue:

Saldos Credores

Retenções de impostos sobre o rendimento	21.987
Retenções de imposto de selo	219.621
Contribuições para a Segurança Social	29.996

Saldos Devedores

IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado	138
--	-----



BNP PARIBAS
FACTOR

Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tinha compromissos revogáveis referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 210.250.000 Euros.

Porto, 14 de Janeiro de 2008

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

ANEXO IV

Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2006		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31.12.2007
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de Estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	102.035,95	91.169,41	3.830,86			7.891,90			6.805,50
Outras	284,14	284,14							
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis de Serviço Próprio	404.173,12	304.460,31	35.103,74			20.968,03	10.070,43		103.778,09
Equipamento	587.443,64	500.235,83	16.778,47			49.253,75			54.732,53
Património Artístico	897,84								897,84
Outras Imobilizações Corpóreas									
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO									
Imóveis									
Equipamento									
T O T A I S	1.094.834,69	896.149,69	55.713,07			78.113,68		10.070,43	166.213,96

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2007, a actividade **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.


O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

O FISCAL ÚNICO

Porto, 8 de Fevereiro de 2008



MAZARS & ASSOCIADOS, SROC S A

representada por Justino Mendes do Santos Romão (ROC n° 379)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 488 936 655 Euros e um total de capital próprio de 75 567 774 Euros, incluindo um resultado líquido de 3 138 326 Euros) e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector financeiro em Portugal.

Porto, 8 de Fevereiro de 2008



MAZARS & ASSOCIADOS, SROC SA
representada por Justino Mendes do Santos Romão (ROC n° 379)